

Mapa de riscos do macroprocesso de contratação do MPMS

1. Riscos relacionados ao planejamento da contratação

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			RESPOSTA DO RISCO	
CAUSA (devido a)	EVENTO (poderá ocorrer)	CONSEQUÊNCIA (o que poderá levar a)	MEDIDAS PREVENTIVAS (para evitar que ocorra)	MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA (se ocorrer, o que deve ser feito)
Ausência de planejamento da Administração	Demanda não incluída no PCA (continuada ou inédita)	Ausência de controle dos prazos relacionados à conclusão da contratação	SEG promove constante divulgação a respeito da necessidade de inclusão das demandas no PCA	Unidade solicitante a SEG inclusão da demanda no PCA (se ainda houver tempo para os procedimentos de contratação)
Servidores com quantidade ou qualificação inadequada	Contratações desvantajosas para a Administração	Possibilidade de ocorrência de fracionamento de despesa	SEG apenas autoriza contratações que estejam incluídas no PCA	Prorrogação do contrato, se serviço continuado, ou acréscimo de quantitativo, se fornecimento
Responsável pelo planejamento da contratação não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos	Desperdício de recursos públicos	Setor de Contratos comunica o encerramento do contrato continuado com prazo suficiente para nova contratação	Contratação emergencial para atendimento da necessidade e pública, com eventual apuração de responsabilidade em razão da descontinuidade
Ausência de estudo de mercado suficiente (diálogo competitivo, audiência pública, reuniões)	Multiplicidade e de esforços para realizar contratações semelhantes	Descontinuidade da contratação para demandas continuadas	ESMP realiza capacitação dos servidores	Equipe de planejamento efetua análise dos motivos que ensejaram a deserção e realiza

				pesquisa de mercado, caso haja indícios de existência de mais soluções não pesquisadas
Ausência de padronização de especificações para objetos rotineiros	Contratação que não produz resultados capazes de atender a necessidade pública	Refazimento de licitações	PGJ define os papéis dos servidores que atuam nos processos de contratação e gestão contratual, assim como a quantidade adequada e a qualificação necessária à execução das atividades	Prorrogação do contrato, se serviço continuado, ou acréscimo de quantitativo, se fornecimento
Contratação por licitação sem realização de ETP	Direcionamento de licitação para solução que não seja a melhor para o atendimento da necessidade pública	Atraso no atendimento à necessidade pública que gerou a contratação	ESMP realiza capacitação dos servidores	Contratação emergencial, caso o prazo para análise do recurso comprometa o atendimento da necessidade pública
Ausência de pesquisa de mercado	Contratos inadequados, principalmente com relação à execução do objeto e à gestão do contrato	Inclusão de restrições indevidas	Administração promove o mapeamento de competências	Realização de novo procedimento licitatório
Contratação direta (dispensa que não seja em razão do baixo valor ou inexigibilidade) sem adequado planejamento da contratação	Execução de contratos cujo custo é superior ao benefício	Prática de crimes da Lei de Licitações e Contratos	SEG estabelece que as contratações devem ser planejadas por uma equipe multidisciplinar, incluindo pelo menos um servidor da unidade requisitante (integrante	Equipe de planejamento instaura processo para contratação da parte da solução necessária ao atendimento da necessidade pública e,

			demandante) e um servidor da SEAD	na hipótese de impossibilidade de aguardar os trâmites ordinários, impulsiona a contratação emergencial
Executar o processo de planejamento de forma muito detalhada para contratações com menor risco (baixo valor, baixo impacto nas atividades da organização)	Contratação que não produz resultados capazes de atender a necessidade pública	Indefinição do objeto	SEG analisa PB e apenas autorizará prosseguimento da demanda se houver indicação dos integrantes	Equipe de planejamento da contratação, com o apoio dos gerentes máximos das unidades envolvidas, obtém compromissos de todos os atores responsáveis (ex.: atas de reuniões) para fazer as mudanças no ambiente da organização necessárias para que a solução gere os benefícios esperados
Executar o processo de planejamento de forma muito simplificada para contratações de maior risco (alto valor, alto impacto nas atividades da organização)	Resistência por parte dos servidores envolvidos no processo de contratação para elaboração de ETP	Dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da necessidade pública que gerou a contratação	Equipe de planejamento da contratação promove padronização das especificações para aquisições que são comuns e utiliza o catálogo eletrônico de padronização	
Falta de percepção dos servidores a respeito da relevância de ETP	Quebra da imparcialidade da equipe de planejamento da contratação	Diminuição da competição	Integrante administrativo preenche lista de verificação e indica a justificativa para a não adoção da especificação anterior	

Proximidade inadequada entre servidores da equipe de planejamento da contratação e empresas do mercado	- Direcionamento indevido da licitação - Confusão entre necessidade pública e melhor solução para atendimento da necessidade pública	Aumento dos custos	SEFIN faz a concentração das especificações e do controle da disponibilidade orçamentária	
Análise de apenas uma das soluções de mercado existentes	Problemas na implantação ou descontinuidade da solução antes de o órgão conseguir desfrutar do investimento feito na solução	Esforço desnecessário para elaborar especificações da contratação	Não prosseguimento da contratação proposta após análise da área técnica, com inclusão da demanda em procedimento com especificações padronizadas	
Adoção de solução imatura	Descontinuidade da solução antes de o órgão conseguir desfrutar do investimento feito na solução	Repetição de erros	SEG não aprova processo de contratação com especificação diferente da que foi padronizada, salvo se houver justificativas robustas para tal	
Adoção de tipo de solução obsoleto ou próximo da obsolescência	Contratação antieconômica	Perda de economia de escala (ante a impossibilidade de contratação conjunta, com outros órgãos, por meio de SRP)	Formação de equipe multidisciplinar para elaboração de ETP, ainda que em contratações de pequena monta	
Adoção de tipo de solução baseado em locação em detrimento da compra de equipamentos	Aquisição de somente parte da solução	Desperdício de recursos públicos	Preenchimento da lista de verificação pelo integrante administrativo	
Não planejar a contratação da solução como um todo	Desconsideração dos custos para essa adequação na avaliação para a escolha da	Impossibilidade de contratar em razão de suspensão por mandado de segurança devido a irregularidades	Amplo conhecimento da lista de verificação pelos integrantes da equipe de planejamento da contratação	

	solução a contratar			
Inexistência de avaliação da necessidade de adequação do ambiente do órgão para viabilizar a execução contratual	Atraso no alcance dos resultados pretendidos com a contratação ou atraso do início dos trabalhos do contratado	Quantidades inadequadas nos itens demandados	SEAD analisa se a lista de verificação foi preenchida antes de autorizar o prosseguimento da demanda	
Intempestividade na adequação do ambiente da organização	Dificuldade dos atores envolvidos de justificar a contratação quando questionados (ex.: por cidadãos, entidades de classe ou órgãos de controle)	Especificações deficientes	SEAD analisa lista de verificação	
Justificativas da contratação não são explicitadas em nível de detalhe adequado		Não atendimento da necessidade pública que gerou a contratação	SEG não autoriza PB e determina a elaboração de ETP e/ou a complementação da lista de verificação	
Não parcelar solução cujo parcelamento é viável	Diminuição da competitividade	Especificações indevidamente restritivas, com consequente diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação	Equipe de planejamento efetua pesquisa de mercado e adota as boas práticas do Guia de Pesquisa de Preços	
Baixa prioridade nas aquisições e contratações sustentáveis	Ausência de critérios de sustentabilidade nas contratações	Não atendimento da necessidade pública	SEG não autoriza PB e determina a realização de pesquisa de mercado	
Definição de requisitos de contratação indevidos	Limitação indevida da competição	Licitação deserta	SEG não aprova processo de contratação	
		Licitação fracassada	SEG determina obrigação de observância dos mesmos requisitos necessários para as contratações por meio de licitação (ETP,	

			pesquisa de preço etc.)	
		Desperdício de recursos públicos	Preenchimento da lista de verificação pelo integrante administrativo	
		Recebimento de objeto que não satisfaz a necessidade pública que gerou a contratação	Ampla conhecimento da lista de verificação pelos integrantes da equipe de planejamento da contratação	
		Direcionamento de licitação ou contratação	SEG não autoriza PB e determina a realização de ETP	
		Ilegalidade na contratação direta pelo indevido afastamento do procedimento licitatório	SEG não aprova processo de contratação direta que não contenha os requisitos mínimos necessários	
		Prática de crime da Lei de Licitações e Contratos	SEG/PGJ edita norma que estabelece procedimentos simplificados para contratações de baixo custo, repetitivas ou de baixo impacto nas atividades do MPMS	
		Desperdício de recursos humanos e financeiros	Aplicação, pela equipe multidisciplinar, de procedimento simplificado para contratações de baixo custo ou de baixo impacto nas atividades do MPMS	
		- Desperdício de recursos públicos - Recebimento de objeto que não satisfaz a necessidade pública que gerou a contratação - Rescisão contratual por inadequação do objeto	Equipe de planejamento deve adequar a profundidade das atividades de planejamento de acordo com o risco e o vulto da contratação	
		Morosidade do processo de contratação	SEAD cria listagem de contratações que envolvem grande risco para a	

			Administração (terceirização, infraestrutura de TI etc.) e solicita elaboração de mapa de risco	
		Retrabalho	PGJ designa gerente de riscos para integrar a equipe de planejamento de contratações inéditas, complexas ou de grande vulto	
		Vícios gerais	ESMP realiza capacitação dos servidores	
		Direcionamento da licitação	Envolvimento da SEG na difusão da importância de ETP	
		Favorecimento indevido de determinado fornecedor	Equipe de planejamento da contratação interage com os fornecedores de forma cautelosa, documentando todas as interações, participando de reuniões sempre em grupo de servidores, entre outras medidas contidas no Código de Conduta do MPMS	
		Falta de base para estimar corretamente o preço	Equipe de planejamento da contratação realiza audiências/chamamentos públicos por ocasião da realização de ETP	
		Não atendimento da necessidade pública	Equipe de planejamento da contratação executa o levantamento de soluções do mercado junto a diferentes fontes possíveis, realiza chamamento público (quando necessário),	

		efetua levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consulta sítios na internet (ex.: portal do software público), visita feiras, realiza consulta a publicações especializadas (ex.: comparativos de soluções publicados em revistas especializadas) e pesquisa junto a fornecedores	
	Não atendimento ou atendimento deficiente da necessidade pública que gerou a contratação	ESMP promove capacitação continuada de servidores	
	Desperdício de recursos públicos	Equipe de planejamento da contratação verifica os riscos da contratação: se cada tipo de solução em análise conta com base instalada significativa, se muitos fornecedores do mercado oferecem soluções desse tipo e se a solução apresenta perspectiva de amadurecimento, descartando aquelas consideradas imaturas, com as devidas justificativas explicitadas nos autos do processo de contratação	
	Não atendimento da necessidade pública que gerou a contratação	Equipe de planejamento da contratação verifica a perspectiva de amadurecimento	

			de cada tipo de solução em análise, descartando aquelas consideradas obsoletas ou próximas da obsolescência, com as devidas justificativas explicitadas nos autos do processo de contratação	
		Desperdício de recursos públicos	Equipe de planejamento da contratação avalia a economicidade desse tipo de contratação em comparação com a possibilidade de aquisição dos respectivos produtos, buscando o tipo de solução mais vantajoso	
		Desperdício de recursos públicos	ASSETAJ oferece parecer desfavorável no processo de contratação que não contenha nos autos a memória de cálculo do comparativo	
		- Impossibilidade de atender à necessidade pública que gerou a contratação - Parcelamento indevido	Equipe de planejamento da contratação realiza ETP para identificar todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade pública que gerou a contratação, para somente depois decidir pelo parcelamento ou não para fins de contratação.	
		Escolha da solução que não é a mais vantajosa para a Administração	Equipe de planejamento da contratação elabora cronograma para a adequação do ambiente da	

			organização, com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores, e o inclui nos artefatos do planejamento da contratação	
		Desperdício de recursos públicos	SEG determina a publicação da íntegra de ETP na internet	
		- Não atendimento da necessidade pública que gerou a contratação ou surgimento de pleitos do contratado de algum tipo de indenização, pois já terá alocado recursos sem poder obter retorno - Atraso na contratação devido à necessidade de reunir e sistematizar as justificativas (ex.: atender a solicitação de informações em processo de mandado de segurança com pedido de suspensão liminar da licitação)	Preenchimento da lista de verificação pela COLIC	
		Violação da legislação	Análise da lista de verificação pela ASSETEJ	
		Pedidos de esclarecimento/imputações ao edital	Equipe de planejamento da contratação apresenta justificativa expressa quanto à necessidade de agrupamento de itens	
		Aumento indevido do custo da contratação	Preenchimento da lista de verificação pela COLIC	

		<ul style="list-style-type: none"> - Violação ao princípio do desenvolvimento sustentável e à Política Nacional de Resíduos Sólidos - Elevação do preço contratado - Direcionamento indevido para determinados fornecedores 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise da lista de verificação pela ASSETEJ, que solicita as devidas justificativas e indica alterações no edital, se necessário - PGJ cria comissão para implantação de um plano de gerenciamento dos resíduos sólidos e da construção civil a fim de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS do MPMS - Comissão para implantação de um plano de gerenciamento dos resíduos sólidos e da construção civil estimula a reflexão para o consumo consciente e fomenta a adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações. - SEAD institui modelo de PB que determina a indicação de critério de sustentabilidade ou justificativa para sua ausência - Preenchimento da lista de verificação pela COLIC - Análise da lista de verificação pela ASSETEJ - Elaboração de Guia de Contratações Sustentáveis do MPMS 	
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

			<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de ETP pela equipe de planejamento da contratação, com análise do mercado e verificação das empresas que cumprem os requisitos de contratação - Preenchimento da lista de verificação pela COLIC - Análise da lista de verificação pela ASSETEJ 	
Inclusão de exigências usuais no mercado justificativa edital	Questionamentos no certame e junto a órgãos externos	Pedidos de esclarecimento/imputações ao edital	Equipe de planejamento da contratação inclui referência aos dispositivos legais e/ou à jurisprudência que fundamentam a inclusão das exigências que não são usuais	Equipe de planejamento da contratação apresenta resposta aos questionamentos com os fundamentos que levaram à exigência não usual
		Atraso na conclusão do certame	Preenchimento da lista de verificação pela COLIC	No caso de ilegalidade ou por conveniência administrativa, promove-se o desfazimento do ato administrativo
		- Possível ilegalidade decorrente de exigência de especificações indevidamente restritivas - Diminuição da competição - Exigência excessiva que o mercado não está apto a atender	Análise da lista de verificação pela ASSETEJ	

		<ul style="list-style-type: none"> - Aumento indevido do custo da contratação - Licitação deserta/fracassada 		
Inclusão de critério de seleção do fornecedor que leve a despesas desnecessárias e anteriores à licitação	Limitação indevida da competição	Diminuição da competitividade	Equipe de planejamento da contratação apresenta justificativa expressa quanto à exigência solicitada	
		Elevação do preço contratado	<ul style="list-style-type: none"> - Preenchimento da lista de verificação pela COLIC - Análise da lista de verificação pela ASSETEJ e solicitação das devidas justificativas, se necessário - Caso haja necessidade de tais critérios, a equipe de planejamento da contratação estabelece que a obrigação do atendimento à condição requerida deve ocorrer apenas na hipótese de ser vencedora da licitação 	
Definição de mecanismos que propiciem a ingerência do MPMS na administração do contratado	Caraterizaçã o de execução indireta ilegal	Prática de ilícito trabalhista	Equipe de planejamento da contratação deve definir, no modelo de execução do objeto, as precauções a serem adotadas de modo a evitar pessoalidade e subordinação, por meio da exigência de cláusula contratual (vedação a	

			indicações e interferência em férias)	
Quantitativo subestimado	Falta de produtos ou serviços para atender a necessidade da contratação	Celebração de aditivos contratuais que poderiam ter sido evitados	Equipe de planejamento apresenta justificativa para o quantitativo e encarta, se for o caso, planilhas e documentos comprobatórios dos levantamentos realizados que demonstrem o dimensionamento	Celebração de termo aditivo para diminuição do quantitativo
		- Violação ao princípio da economicidade devido ao aumento no número de licitações para o mesmo objeto - Potencial quebra da padronização dos produtos contratados	Preenchimento da lista de verificação pela COLIC	
		Perda da economia de escala no caso de celebração de aditivos ou de realização de novas contratações, o que leva a custo final maior do que no caso de se efetuar uma única contratação com a soma das quantidades contratadas separadamente	Análise da lista de verificação pela ASSETEJ	
		Atraso na execução das atividades	Fiscal do contrato armazena dados da execução contratual de modo que a equipe de planejamento da contratação que elaborar os artefatos da próxima licitação da mesma solução ou de solução similar conte com informações de contratos anteriores	

<p>Estabelecimento de prazo inicial de duração para contrato de prestação de serviços de natureza continuada insuficiente para que o contratado dilua adequadamente os custos iniciais da prestação dos serviços (ex.: montagem de infraestrutura exclusiva para prestação do serviço)</p>	<p>Aumento desproporcional dos riscos de não retorno do contratado</p>	<p>- Aumento do preço contratado - Licitação deserta - Inexecução total ou parcial do objeto contratado</p>	<p>Equipe de planejamento da contratação avalia o prazo inicial adequado para os contratos dessa natureza, considerando a complexidade do objeto e demonstrando tecnicamente o benefício advindo para a Administração</p>	<p>Prorrogação do contrato anterior, com justificativa à autoridade competente</p>
<p>Estimativas inadequadas de preços</p>	<p>Valor máximo superestimado</p>	<p>Resultados de licitação com preços superiores aos praticados no mercado</p>	<p>SEAD elabora Guia de Pesquisa de Preços com base em boas práticas previstas em instrução normativa do Ministério da Economia, nota técnica do TCE e manuais de outros órgãos</p>	<p>Não homologação do procedimento licitatório pela SEG</p>
		<p>Não atendimento ao princípio da economicidade</p>	<p>Equipe de planejamento da contratação observa as orientações estipuladas no Guia de Pesquisa de Preços do MPMS</p>	<p>Apuração de responsabilidade dos servidores envolvidos</p>
		<p>Elaboração de Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços pela SEACO</p>	<p>Prorrogação do contrato, se serviço continuado; ou acréscimo de quantitativo, se fornecimento</p>	
<p>Preenchimento da lista de verificação pela COLIC</p>	<p>Necessidade de contratação emergencial, caso não haja homologação do</p>			

				procedimento de contratação pelo SEG
			Análise da lista de verificação pela ASSETEJ	
Estimativas inadequadas de preços	Valor máximo subestimado	Possibilidade de resultar em licitação fracassada/deserta	SEAD elabora Guia de Pesquisa de Preços com base na lei e em boas práticas previstas em instruções normativas e manuais de outros órgãos	Prorrogação do contrato, se serviço continuado; ou acréscimo de quantitativo, se fornecimento
		Possibilidade de inexecução	Equipe de planejamento da contratação observa as orientações estipuladas no Guia de Pesquisa de Preços do MPMS	Contratação emergencial caso o prazo para análise do recurso comprometa o atendimento da necessidade pública
		Descontinuidade de serviços continuados necessários ao MPMS	Elaboração de Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços pela SEACO	
			Preenchimento da lista de verificação pela COLIC	
			Análise da lista de verificação pela ASSETEJ	
SEAD inclui previsão no edital padrão de possibilidade de nova pesquisa de preços caso haja indícios de preços subestimados				
Não observância do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006	Afastamento indevido do tratamento diferenciado para ME/EPP	llegalidade	Equipe de planejamento da contratação indica expressamente os motivos para não aplicar os privilégios para ME/EPP	
		Possíveis impugnações	Preenchimento da lista de verificação pela COLIC	

		Atraso nos procedimentos da licitação e demora na homologação	Análise da lista de verificação pela ASSETEJ, com pedido de complementação da pesquisa se necessário	
Ausência de padronização do PB/edital	Multiplicidade e de esforços para realizar licitações de objetos correlatos	Divergências textuais entre o PB, o edital, a minuta de contrato ou de ata	Elaboração de documentos padronizados	
		Dificuldade e demora na revisão de documentos	Equipe de planejamento da contratação utiliza documentos padronizados e indica eventuais alterações realizadas a fim de facilitar a conferência pela ASSETEJ	
		Replicação de erros recorrentes e já detectados em procedimentos anteriores		
		Problemas na execução contratual		
PB e/ou edital incompleto/inconsistente	Conteúdo do PB e/ou do edital não permite selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração ou enseja elaboração de contrato sem mecanismos adequados para a gestão contratual	Desperdício de recursos públicos	ESMP promove capacitação dos servidores	
		Contratação de objeto diverso do necessário ao MPMS	SEAD providencia padronização dos documentos	
			Preenchimento da lista de verificação pela COLIC	
			Revisão do edital por servidor da COLIC que não participou do processo	
			Análise da lista de verificação pela ASSETEJ	
Declaração imprecisa do objeto	A natureza, as quantidades ou o prazo não ficam claros	Contratação que não atende à necessidade pública que gerou a contratação	SEG estabelece que as contratações devem ser planejadas por uma equipe multidisciplinar, incluindo pelo menos um servidor da unidade	SEG não homologa procedimento licitatório, caso seja percebida a proposição de objeto diverso da necessidade

			requisitante (integrante técnico) e um servidor da SEAD	Unidades demandante e requisitante avaliam a necessidade e de prorrogação (de contrato de serviços continuados , dentro do prazo necessário para nova contratação)
Método subjetivo (ou ausência de método) para quantificar a demanda	Divergências com o contratado sobre a quantidade demandada (e executada)	Paralisação da execução contratual ou pagamento por demandas não entregues	Equipe de planejamento da contratação define método objetivo para quantificar a demanda, buscando, sempre que possível, métricas usuais de mercado	Gestor do contrato promove reuniões com o contratado para alinhamento e, se necessário, impulsiona celebração de termo aditivo SEG impulsiona a apuração de responsabilidade dos servidores envolvidos
Ausência de encaminhamento do PB para análise da SEG	Falta de autorização da autoridade competente para abertura de licitação	Ausência de análise de oportunidade e conveniência pela autoridade competente	Preenchimento da lista de verificação pela COLIC Análise da lista de verificação pela ASSETEJ	Ratificação pela SEG no momento da homologação do procedimento licitatório ou da contratação direta SEG anula o procedimento licitatório
Inexistência de análise de risco ou análise deficiente	Desconsideração dos riscos existentes na contratação e gestão do contrato ou desconsideração de	Impacto causado por todos os riscos desconsiderados	SEG elabora mapa de riscos do macroprocesso de contratação do MPMS Equipe de planejamento da contratação elabora análise de risco da	

	riscos relevantes		contratação e da gestão contratual para cada caso	
			PGJ designa gerente de riscos para integrar a equipe de planejamento da contratação que envolva alto risco (contratações inéditas, complexas ou de investimento alto)	
Crença de que o pregão eletrônico não impede a participação de empresas “aventureiras”	Utilização do pregão presencial	Diminuição da competição e da transparência em relação ao pregão eletrônico	SEG/PGJ determina que o pregão seja realizado sempre na forma eletrônica	
		Possibilidade de elevação do preço contratado	Equipe de planejamento da contratação busca a inibição de empresas “aventureiras” por meio de especificações claras e precisas e de previsão no edital de penalidades por desistência injustificada	
		Possibilidade de conluio entre licitantes	Integrante administrativo da equipe de planejamento da contratação esclarece aos demais integrantes que a participação de empresas “aventureiras” deve ser coibida com especificação correta do objeto, solicitação de qualificação técnica (quando for o caso), estabelecimento de penalidades – sensibilização dos servidores	
Ausência de previsão de consequências para o contratado	Não manutenção das condições	Retorno de todos os riscos que foram mitigados por meio dos critérios de	Adoção de modelos de editais que estabeleçam a obrigação do	

<p>caso não mantenha as condições de habilitação exigidas na licitação</p>	<p>de habilitação exigidas na licitação</p>	<p>habilitação e qualificação da licitação</p>	<p>contratado de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como cláusula de penalidade para o inadimplemento e cláusula de garantia contratual que preveja a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração pela não manutenção das condições, além das penalidades já previstas em lei</p>	
<p>Ausência de cláusulas de penalidade para comportamentos inadequados dos proponentes/contratados</p>	<p>Impossibilidade de aplicação de penalidades</p>	<p>Impossibilidade de inibir comportamentos prejudiciais ao certame e à execução contratual</p>	<p>SEAD elabora minutas de edital e de contrato padrão que contenham cláusulas de penalidades para comportamentos inadequados dos proponentes/contratados tanto durante o certame quanto na execução contratual</p>	<p>Gestor do contrato promove reuniões com o contratado para alinhamento e para eventualmente formalizar termo aditivo bilateral para prever penalidades</p> <p>Persistindo a irregularidade, a unidade requisitante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual ou à não prorrogação do ajuste</p>

Ausência de cadastro no CATMAT dos itens a serem adquiridos	Necessidade e de tempo adicional para solicitar o cadastro	Atraso no lançamento da licitação	Equipe de planejamento da contratação verifica, quando da elaboração do PB, se o item a ser licitado está registrado no CATMAT	
Realização de licitação para contratação de bens e serviços sem propor aos demais órgãos a realização de contratação compartilhada	Contratação de quantitativo inferior ao que poderia ser contratado e duplicidade de esforços desnecessários da Administração Pública (outras organizações terão que realizar licitações independentes)	Perda de economia de escala e perda de oportunidade de racionalização do esforço administrativo	<ul style="list-style-type: none"> - SEG incentiva a formação de grupo de trabalho permanente com outros órgãos para estabelecer objetos que possam ser adquiridos em conjunto - SEAD promove o compartilhamento do PCA do MPMS com outros órgãos - Consulta, pelas unidades demandantes e requisitantes, do PCA de outros órgãos - Equipe de planejamento da contratação divulga ETP ou PB a outros órgãos e consulta interesse em participação no procedimento 	
Ausência de reserva orçamentária	Indisponibilidade orçamentária	Impossibilidade de contratação	<ul style="list-style-type: none"> - SEG providencia reserva orçamentária junto à SEFIN e preenche lista de verificação - Análise da lista de verificação pela ASSETEJ 	
Falta de sistematização sobre o que deve ser verificado na avaliação de legalidade executada pela assessoria jurídica	Avaliação de itens com baixo risco de ilegalidade e não avaliação de outros com alto risco de ilegalidade	Ineficiência na análise e repetição de erros	<ul style="list-style-type: none"> - ASSETEJ elabora lista de verificação - COLIC preenche a lista de verificação - Análise da lista de verificação pela ASSETEJ 	

2.Riscos relacionados a seleção do fornecedor

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			RESPOSTA DO RISCO	
CAUSA (devido a)	EVENTO (poderá ocorrer)	CONSEQUÊNCIA (o que poderá levar a)	MEDIDAS PREVENTIVAS (para evitar que ocorra)	MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA (se ocorrer, o que deve ser feito)
Falta de publicação dos atos necessários à validade do processo licitatório	Não atendimento ao princípio da publicidade	- Ausência de transparência - Desrespeito à legislação vigente	- COLIC ou SEACO preenchem lista de verificação - Análise da lista de verificação pela ASSETEJ e pela SEAD	- Pregoeiro suspende a abertura da licitação e providencia a publicação - SEG determina a anulação e o refazimento dos atos
Prazo curto para ajuste de proposta complexa após fase de lance	Descumprimento do prazo para ajustar a proposta	Desclassificação indevida da proposta mais vantajosa para a Administração	Equipe de planejamento da contratação estipula prazo suficiente para que a licitante proceda ao ajuste da proposta levando em consideração a complexidade do ajuste a ser realizado	
Não consultar todas as listas onde constam restrições para participar de licitação e contratar com a Administração Pública	Contratação de proponente com restrições	Illegalidade	SEAD estipula relação com todas as listas de restrição que devem ser consultadas	
Não instaurar procedimento administrativo para apurar condutas de licitantes	- Existência de grande número de propostas não mantidas após a fase de lances - Tumulto no certame - Lances inexequíveis - Desestímulo à disputa de licitantes comprometidos	Favorecimento de ambiente propício a conluio entre licitantes para fraude	- SEAD inclui no edital padrão previsão de instauração de procedimento administrativo para apurar condutas passíveis de punição - Pregoeiro ou COLIC impulsiona e SEG determina a instauração do procedimento administrativo para apuração	

			de condutas de licitantes passíveis de aplicação de penalidade (caráter preventivo geral da sanção)	
Ausência de clareza sobre data e hora dos eventos relacionados às licitações eletrônicas como data e hora de reinício das sessões após suspensão	Cerceamento indevido de prática de atos pelas licitantes	Afronta aos princípios de publicidade, transparência e isonomia	Pregoeiro divulga com clareza no sistema eletrônico as informações relativas à data e à hora das sessões públicas, sua suspensão e seu reinício	O valor negociado pode ser incluído no sistema Comprasnet até a homologação; após a homologação, o pregoeiro solicita à SEG o cancelamento da homologação e providencia os ajustes necessários
Ausência de lançamento do valor negociado no sistema Comprasnet	Contratação por valor superior ao negociado	Não atendimento ao princípio da economicidade	Pregoeiro deve atentar sempre que houver redução de valores após a fase de lances	
			Preenchimento da lista de verificação pelo pregoeiro	
Avaliação do mérito do recurso antes da apresentação das razões recursais pelo recorrente	Denegação inapropriada de intenção de recurso	- Ilegalidade - Retardamento do certame	Pregoeiro ou COLIC, no juízo de admissibilidade das intenções de recurso, avalia somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação)	SEG declara nulidade da decisão e necessidade de refazimento de todos os atos decorrentes do ato nulo
Atraso nos procedimentos da licitação ou contratação direta e demora na homologação	Vencimento da proposta sem que tenha havido convocação para contratação	Recusa do proponente em manter a proposta	PGJ estipula prazo geral para a conclusão da licitação	A unidade demandante ou o agente de contratação ou a Comissão de Contratação solicitam

				prorrogação da proposta
		Atraso no atendimento da necessidade pública que gerou a contratação	Agente de contratação ou a Comissão de Contratação controla os prazos de vigência das propostas, impulsiona o feito e solicita prorrogação quando necessário	
Contratação por dispensa em razão do baixo valor utilizando apenas a cotação de fornecedores convidados	Poucos fornecedores cotando preços para a dispensa em razão do baixo valor e impossibilidade outros possíveis interessados participarem (diante da falta de publicidade)	- Elevação do custo da contratação - Diminuição da transparência e competitividade	SEACO utiliza, de forma preferencial, o sistema de dispensa eletrônica para aquisições por dispensa de licitação em razão do baixo valor, nos termos de norma interna	
Realização de dispensa eletrônica para aquisições locais/regionais, em localidades nas quais haja poucos fornecedores ou não haja fornecedor capacitado para participação no procedimento	Dispensa eletrônica fracassada	- Atraso no atendimento da necessidade pública que originou a contratação - Desconsideração das previsões do Guia de Contratações Sustentáveis, já que não privilegia mercados locais (sustentabilidade social)	SEACO utiliza o sistema de dispensa eletrônica de forma preferencial nos termos de norma interna	
Apresentação de recurso por licitante	Atraso no atendimento da necessidade pública que originou a contratação	Prejuízos às atividades do MPMS	Unidade requisitante considera, no momento do planejamento das contratações do PCA, prazo adequado para análise de eventuais recursos, especialmente para as contratações complexas.	- Unidade requisitante impulsiona a prorrogação do contrato, se serviço continuado; ou acréscimo de quantitativo, se fornecimento - Unidade requisitante impulsiona contratação emergencial, caso o prazo

				para análise do recurso comprometa o atendimento da necessidade pública
--	--	--	--	-------------------------------------------------------------------------

3.Riscos relacionados a execução contratual

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			RESPOSTA DO RISCO	
CAUSA (devido a)	EVENTO (poderá ocorrer)	CONSEQUÊNCIA (o que poderá levar a)	MEDIDAS PREVENTIVAS (para evitar que ocorra)	MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA (se ocorrer, o que deve ser feito)
Elementos básicos do contrato não estão claros de forma uniforme para as partes do contrato	Diferenças de entendimentos e expectativas entre as partes	Atraso durante a execução do contrato devido à necessidade de esclarecer os pontos com entendimento divergente	- Equipe de planejamento da contratação prevê no modelo de execução do objeto que ocorrerá uma reunião de iniciação do contrato, imediatamente após a assinatura do contrato, com a presença de representantes das partes, para esclarecer os pontos mais importantes - Equipe de planejamento da contratação elabora instrumento contratual com redação clara e objetiva, utilizando sempre que possível os modelos padronizados	
Ausência de acompanhamento e de fiscalização concomitante à execução do contrato	Distorções na execução do objeto que somente serão detectadas na etapa de recebimento	Retrabalho e atraso na entrega do objeto	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de execução do objeto a previsão de acompanhamento e fiscalização concomitantes à execução, incluindo a possibilidade de inspeções in loco e diligências, quando aplicáveis, bem como forma de execução desses procedimentos	

Ausência de indicação formal de gestor e fiscal do contrato	- Descumprimento da Ordem de Serviço nº 2/2023-SEG/MPMS, de 14 de março de 2023 - Ausência de acompanhamento da execução contratual	Fiscalização ineficiente e dificuldades para responsabilização	- Equipe de planejamento da contratação indica no PB gestor/fiscal do contrato - SEAD providencia a emissão de portaria de designação do gestor e do fiscal do contrato	PGJ designa gestor ou fiscal do contrato tão logo percebida a falha
Ausência de internalização do conhecimento sobre a solução contratada	Dependência excessiva em relação ao contratado, com consequente perda de capacidade de gerir as soluções	- Desperdício de recursos públicos - Descontinuidade da solução anterior por falta de conhecimento	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de execução do objeto procedimentos relativos à transferência de conhecimentos, como reuniões mensais, oficinas e treinamentos, bem como os produtos esperados desses procedimentos (ex.: atas das reuniões realizadas entre o órgão e o contratado, a serem incluídas nos autos do processo de fiscalização)	
Responsável pela gestão e fiscalização do contrato não detém as competências necessárias à execução da atividade	Gestão e fiscalização inadequadas em relação às competências que o gestor não detém	Não detecção de descumprimento de partes da avença com suas consequências	- ESMP promove capacitação dos servidores - Equipe de planejamento da contratação estabelece lista de verificação de fiscalização no modelo de gestão do contrato - PGJ nomeia equipe multidisciplinar de fiscalização do contrato	
Responsável pelo recebimento de bens não detém as competências necessárias	Recebimento de bens em desacordo com as especificações exigidas na contratação	- Não atendimento da necessidade pública que gerou a contratação - Recebimento de bens em qualidade inferior à contratada	Gestor ou fiscal da contratação indica a necessidade de designação de comissão composta por três servidores públicos efetivos nos casos de recebimento definitivo de bens que superem individualmente o valor de R\$ 500.000,00	

Ausência de procedimentos formais de comunicação entre as partes contratantes	Falhas na comunicação entre as partes, e ausência de evidências das ocorrências do contrato	Retardo e falhas na execução do contrato, e impossibilidade de identificar a parte descumpridora da obrigação	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de gestão do contrato a definição de protocolo de comunicação entre contratante e contratado	
Falta de sistematização sobre o que deve ser verificado na fiscalização contratual	Aceites provisórios e definitivos em objetos parcialmente executados ou não executados	- Pagamento indevido - Atendimento deficiente da necessidade pública	Equipe de planejamento da contratação estabelece listas de verificação para os aceites provisório e definitivo na etapa de planejamento da contratação (elaboração do edital e da minuta contratual), de modo que os atores da fiscalização tenham um referencial claro para atuar na fase de gestão do contrato	
Contratado não mantém regularidade fiscal durante a fase de execução contratual	Pagamento de fornecedor em débito com a fazenda	Desrespeito à legislação vigente	A cada pagamento e aditamento contratual, a SEAD verifica regularidade fiscal do contratado e o notifica para regularização, se constatada indisponibilidade de certidão negativa	Persistindo a irregularidade, a Administração deverá sopesar o interesse público na adoção de medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada ao contratado a ampla defesa
		Possível descontinuidade de serviço decorrente da impossibilidade de prorrogação da vigência contratual	SEAD promove a atualização do cadastro interno antes do término da vigência das certidões negativas de débitos de fornecedores com contratos vigentes utilizando como base em sistemas integrados externos (SICAF)	Em caso de rescisão, a unidade requisitante impulsiona e a SEAD promove a convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente do serviço ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de

				novo processo de contratação
Atrasos ou inexecução contratual total ou parcial	Atraso ou não atendimento da necessidade pública	Desperdício de recursos públicos	Equipe de planejamento da contratação estabelece penalidades (caráter preventivo da pena) e cláusula de garantia contratual prevendo a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração	Gestor ou fiscal do contrato impulsiona aplicação de penalidades e acionamento da garantia contratual
		Prejuízos nas atividades do MPMS	Fiscal realiza reuniões periódicas com o contratado de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços	Gestor ou fiscal do contrato impulsiona procedimento para rescisão contratual, com a convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente dos serviços ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de novo processo de contratação
Contratado não mantém a qualificação exigida no momento da contratação durante a fase de execução contratual	Contratação sendo realizada sem a qualidade necessária ao atendimento da necessidade pública	<ul style="list-style-type: none"> - Desrespeito à legislação vigente - Desperdício de recursos públicos - Quebra da isonomia com os licitantes não contratados por falta de qualificação - Possível descontinuidade de serviço decorrente da impossibilidade de prorrogação da vigência contratual 	Fiscal acompanha a execução contratual e verifica a manutenção da qualificação exigida	<ul style="list-style-type: none"> - Gestor ou fiscal do contrato impulsiona a aplicação de penalidades - Gestor ou fiscal do contrato impulsiona procedimento para rescisão contratual, com convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente do serviço ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de novo processo de contratação

<p>Contratado impedido de contratar com a Administração durante a fase de execução contratual</p>	<p>Contratação sendo realizada sem a qualidade necessária ao atendimento da necessidade pública</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desrespeito à legislação vigente - Desperdício de recursos públicos - Quebra da isonomia com os licitantes não contratados por falta de qualificação - Possível descontinuidade de serviço decorrente da impossibilidade de prorrogação da vigência contratual 	<p>SEAD verifica, a cada prorrogação contratual e com a antecedência necessária, a ausência de impedimentos de contratar com a Administração</p>	<p>Gestor ou fiscal do contrato impulsiona e SEAD promove a convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente do serviço ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de novo processo de contratação</p>
<p>Contratado decide não prorrogar contrato continuado que o MPMS tem interesse em prorrogar</p>	<p>Impossibilidade de prorrogação contratual</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Descontinuidade de serviço continuado - Prejuízo às atividades do MPMS 	<p>SEAD verifica o interesse de o contratado prorrogar com a antecedência necessária</p>	<ul style="list-style-type: none"> - SEAD impulsiona unidade requisitante a iniciar estudos para nova contratação - Gestor ou fiscal do contrato impulsiona e a SEAD promove a convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente do serviço ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de novo processo de contratação
<p>Indeferimento do pedido de revisão de preços em ata de registro de preços</p>	<p>Detentor da ata solicita cancelamento da ata de registro de preços</p>	<p>Prejuízo às atividades do MPMS</p>		<p>Gestor ou fiscal do contrato impulsiona cancelamento da ata de registro de preço e eventuais notas de empenho, com convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente do serviço ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de</p>

				novo processo de contratação
Alteração de fiscal durante a execução contratual	Fiscalização contratual inadequada	- Prejuízo às atividades do MPMS - Dano ao erário	- Equipe de planejamento da contratação estabelece listas de verificação para os aceites provisório e definitivo, de modo que os atores da fiscalização tenham um referencial claro para atuar na fase de gestão do contrato - SEG estabelece obrigatoriedade de o fiscal manter relatórios e informações compilados a respeito dos contratos que acompanha, a fim de facilitar eventual transição	Novo fiscal designado utiliza manual de gestão e fiscalização dos contratos para dirimir dúvidas
Ausência de registro e de disseminação de conhecimento acerca das ocorrências enfrentadas durante a execução contratual	Equipe de planejamento da contratação não tem conhecimento do histórico de problemas enfrentados na execução do contrato anterior	Repetição de ocorrências em contratos futuros	SEAD efetua registro das ocorrências que impactem a execução do futuro contrato	Realização de nova contratação, com apuração de responsabilidade dos fiscais do contrato anterior que não indicaram a necessidade de alterações já diagnosticadas como impróprias para o atendimento da necessidade pública
		Desperdício de recursos humanos e financeiros	- Realização periódica de reuniões deliberativas entre a SEAD e a SEG para buscar a mitigação de riscos em contratos futuros, análise da necessidade de alteração de modelos e eventual atualização do mapa de riscos do macroprocesso de contratação do MPMS - Utilização dos registros das ocorrências na elaboração de edital ou contrato para a nova contratação	

Relação de parentesco entre contratados e servidores do MPMS atuantes na área de licitações e contratos	- Percepção negativa da instituição - Corrupção	- Violação à legislação vigente - Desperdício de recursos públicos - Atendimento inadequado da necessidade pública que gerou a contratação - Prática de crimes da Lei de Licitações e Contratos	- COLIC inclui no edital e na minuta contratual a necessidade de apresentação de declaração negativa de parentesco no momento da licitação e nas prorrogações - SEG promove a divulgação do Código de Ética e de Conduta do MPMS	SEG determina a rescisão contratual com eventual notificação à Procuradoria do Estado
Ausência de comprometimento por parte do contratado	Reiteração de descumprimentos contratuais	Problemas na execução do contrato	Gestor do contrato promove reuniões com o contratado para alinhamento e esclarecimentos necessários quando detectadas falhas reiteradas na execução contratual	
Inexperiência e/ou desconhecimento do contratado a respeito dos requisitos para a boa execução contratual		- Atendimento deficiente da necessidade pública - Grande esforço administrativo no acompanhamento contratual	Equipe de planejamento da contratação estabelece penalidades (caráter preventivo da pena)	
Ausência de reserva orçamentária ou de empenho	Violação à legislação	Realização de despesa sem prévio empenho em desacordo com a legislação	Preenchimento da lista de verificação pela unidade requisitante	Unidade requisitante promove o remanejamento de recursos
	Indisponibilidade orçamentária	- Impossibilidade de pagamento ao contratado - Atrasos nos pagamentos e possibilidade de responsabilização do agente público		Unidade requisitante impulsiona procedimento de reconhecimento de despesa
Grande variação cambial	Desvalorização do real frente ao dólar	Quebra da balança econômico-financeira	- Integrante administrativo auxilia na realização de pesquisa de preços com ampla cesta, com registro do câmbio nos dias em que as contratações efetivamente ocorreram - Exigência de seguro para variação cambial	Gestor do contrato e a SEG analisam eventual requerimento de revisão de preços

4.Riscos relacionados a execução contratual

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			RESPOSTA DO RISCO	
CAUSA (devido a)	EVENTO (poderá ocorrer)	CONSEQUÊNCIA (o que poderá levar a)	MEDIDAS PREVENTIVAS (para evitar que ocorra)	MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA (se ocorrer, o que deve ser feito)
Elementos básicos do contrato não estão claros de forma uniforme para as partes do contrato	Diferenças de entendimentos e expectativas entre as partes	Atraso durante a execução do contrato devido à necessidade de esclarecer os pontos com entendimento divergente	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe de planejamento da contratação prevê no modelo de execução do objeto que ocorrerá uma reunião de iniciação do contrato, imediatamente após a assinatura do contrato, com a presença de representantes das partes, para esclarecer os pontos mais importantes - Equipe de planejamento da contratação elabora instrumento contratual com redação clara e objetiva, utilizando sempre que possível os modelos padronizados 	
Ausência de acompanhamento e de fiscalização concomitante à execução do contrato	Distorções na execução do objeto que somente serão detectadas na etapa de recebimento	Retrabalho e atraso na entrega do objeto	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de execução do objeto a previsão de acompanhamento e fiscalização concomitantes à execução, incluindo a possibilidade de inspeções in loco e diligências, quando aplicáveis, bem como forma de execução	

			desses procedimentos	
Ausência de indicação formal de gestor e fiscal do contrato	- Descumprimento da Ordem de Serviço nº 2/2023-SEG/MPMS, de 14 de março de 2023 - Ausência de acompanhamento da execução contratual	Fiscalização ineficiente e dificuldades para responsabilização	- Equipe de planejamento da contratação indica no PB gestor/fiscal do contrato - SEAD providencia a emissão de portaria de designação do gestor e do fiscal do contrato	PGJ designa gestor ou fiscal do contrato tão logo percebida a falha
Ausência de internalização do conhecimento sobre a solução contratada	Dependência excessiva em relação ao contratado, com consequente perda de capacidade de gerir as soluções	- Desperdício de recursos públicos - Descontinuidade da solução anterior por falta de conhecimento	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de execução do objeto procedimentos relativos à transferência de conhecimentos, como reuniões mensais, oficinas e treinamentos, bem como os produtos esperados desses procedimentos (ex.: atas das reuniões realizadas entre o órgão e o contratado, a serem incluídas nos autos do processo de fiscalização)	
Responsável pela gestão e fiscalização do contrato não detém as competências necessárias à execução da atividade	Gestão e fiscalização inadequadas em relação às competências que o gestor não detém	Não detecção de descumprimento de partes da avença com suas consequências	- ESMP promove capacitação dos servidores - Equipe de planejamento da contratação estabelece lista de verificação de fiscalização no modelo de gestão do contrato - PGJ nomeia equipe multidisciplinar	

			de fiscalização do contrato	
Responsável pelo recebimento de bens não detém as competências necessárias	Recebimento de bens em desacordo com as especificações exigidas na contratação	- Não atendimento da necessidade pública que gerou a contratação - Recebimento de bens em qualidade inferior à contratada	Gestor ou fiscal da contratação indica a necessidade de designação de comissão composta por três servidores públicos efetivos nos casos de recebimento definitivo de bens que superem individualmente o valor de R\$ 500.000,00	
Ausência de procedimentos formais de comunicação entre as partes contratantes	Falhas na comunicação entre as partes, e ausência de evidências das ocorrências do contrato	Retardo e falhas na execução do contrato, e impossibilidade de identificar a parte descumpridora da obrigação	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de gestão do contrato a definição de protocolo de comunicação entre contratante e contratado	
Falta de sistematização sobre o que deve ser verificado na fiscalização contratual	Aceites provisórios e definitivos em objetos parcialmente executados ou não executados	- Pagamento indevido - Atendimento deficiente da necessidade pública	Equipe de planejamento da contratação estabelece listas de verificação para os aceites provisório e definitivo na etapa de planejamento da contratação (elaboração do edital e da minuta contratual), de modo que os atores da fiscalização tenham um referencial claro para atuar na fase de gestão do contrato	

Contratado não mantém regularidade fiscal durante a fase de execução contratual	Pagamento de fornecedor em débito com a fazenda	Desrespeito à legislação vigente	A cada pagamento e aditamento contratual, a SEAD verifica regularidade fiscal do contratado e o notifica para regularização, se constatada indisponibilidade de certidão negativa	Persistindo a irregularidade, a Administração deverá sopesar o interesse público na adoção de medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada ao contratado a ampla defesa
		Possível descontinuidade de serviço decorrente da impossibilidade de prorrogação da vigência contratual	SEAD promove a atualização do cadastro interno antes do término da vigência das certidões negativas de débitos de fornecedores com contratos vigentes utilizando como base em sistemas integrados externos (SICAF)	Em caso de rescisão, a unidade requisitante impulsiona e a SEAD promove a convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente do serviço ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de novo processo de contratação
Atrasos ou inexecução contratual total ou parcial	Atraso ou não atendimento da necessidade pública	Desperdício de recursos públicos	Equipe de planejamento da contratação estabelece penalidades (caráter preventivo da pena) e cláusula de garantia contratual prevendo a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração	Gestor ou fiscal do contrato impulsiona aplicação de penalidades e acionamento da garantia contratual
		Prejuízos nas atividades do MPMS	Fiscal realiza reuniões periódicas com o contratado de	Gestor ou fiscal do contrato impulsiona procedimento

			modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços	para rescisão contratual, com a convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente dos serviços ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de novo processo de contratação
Contratado não mantém a qualificação exigida no momento da contratação durante a fase de execução contratual	Contratação sendo realizada sem a qualidade necessária ao atendimento da necessidade pública	<ul style="list-style-type: none"> - Desrespeito à legislação vigente - Desperdício de recursos públicos - Quebra da isonomia com os licitantes não contratados por falta de qualificação - Possível descontinuidade de serviço decorrente da impossibilidade de prorrogação da vigência contratual 	Fiscal acompanha a execução contratual e verifica a manutenção da qualificação exigida	<ul style="list-style-type: none"> - Gestor ou fiscal do contrato impulsiona a aplicação de penalidades - Gestor ou fiscal do contrato impulsiona procedimento para rescisão contratual, com convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente do serviço ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de novo processo de contratação
Contratado impedido de contratar com a Administração durante a fase de execução contratual	Contratação sendo realizada sem a qualidade necessária ao atendimento da necessidade pública	<ul style="list-style-type: none"> - Desrespeito à legislação vigente - Desperdício de recursos públicos - Quebra da isonomia com os licitantes não contratados por falta de qualificação - Possível descontinuidade de serviço decorrente da impossibilidade de prorrogação 	SEAD verifica, a cada prorrogação contratual e com a antecedência necessária, a ausência de impedimentos de contratar com a Administração	Gestor ou fiscal do contrato impulsiona e SEAD promove a convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente do serviço ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de novo processo de contratação

		da vigência contratual		
Contratado decide não prorrogar contrato continuado que o MPMS tem interesse em prorrogar	Impossibilidade de prorrogação contratual	- Descontinuidade de serviço continuado - Prejuízo às atividades do MPMS	SEAD verifica o interesse de o contratado prorrogar com a antecedência necessária	- SEAD impulsiona a unidade requisitante a iniciar estudos para nova contratação - Gestor ou fiscal do contrato impulsiona e a SEAD promove a convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente do serviço ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de novo processo de contratação
Indeferimento do pedido de revisão de preços em ata de registro de preços	Detentor da ata solicita cancelamento da ata de registro de preços	Prejuízo às atividades do MPMS		Gestor ou fiscal do contrato impulsiona cancelamento da ata de registro de preço e eventuais notas de empenho, com convocação de licitantes subsequentes para assumir o saldo remanescente do serviço ou realiza-se contratação emergencial até a finalização de

				novo processo de contratação
Alteração de fiscal durante a execução contratual	Fiscalização contratual inadequada	- Prejuízo às atividades do MPMS - Dano ao erário	- Equipe de planejamento da contratação estabelece listas de verificação para os aceites provisório e definitivo, de modo que os atores da fiscalização tenham um referencial claro para atuar na fase de gestão do contrato - SEG estabelece obrigatoriedade de o fiscal manter relatórios e informações compilados a respeito dos contratos que acompanha, a fim de facilitar eventual transição	Novo fiscal designado utiliza manual de gestão e fiscalização dos contratos para dirimir dúvidas
Ausência de registro e de disseminação de conhecimento acerca das ocorrências enfrentadas durante a execução contratual	Equipe de planejamento da contratação não tem conhecimento do histórico de problemas enfrentados na execução do contrato anterior	Repetição de ocorrências em contratos futuros	SEAD efetua registro das ocorrências que impactem a execução do futuro contrato	Realização de nova contratação, com apuração de responsabilidade e dos fiscais do contrato anterior que não indicaram a necessidade de alterações anteriormente já diagnosticadas como impróprias para o atendimento da necessidade pública

		Desperdício de recursos humanos e financeiros	- Realização periódica de reuniões deliberativas entre a SEAD e a SEG para buscar a mitigação de riscos em contratos futuros, análise da necessidade de alteração de modelos e eventual atualização do mapa de riscos do macroprocesso de contratação do MPMS - Utilização dos registros das ocorrências na elaboração de edital ou contrato para a nova contratação	
Relação de parentesco entre contratados e servidores do MPMS atuantes na área de licitações e contratos	- Percepção negativa da instituição - Corrupção	- Violação à legislação vigente - Desperdício de recursos públicos - Atendimento inadequado da necessidade pública que gerou a contratação - Prática de crimes da Lei de Licitações e Contratos	- COLIC inclui no edital e na minuta contratual a necessidade de apresentação de declaração negativa de parentesco no momento da licitação e nas prorrogações - SEG promove a divulgação do Código de Ética e de Conduta do MPMS	SEG determina a rescisão contratual com eventual notificação à Procuradoria do Estado
Ausência de comprometimento por parte do contratado	Reiteração de descumprimentos contratuais	Problemas na execução do contrato	Gestor do contrato promove reuniões com o contratado para alinhamento e esclarecimentos necessários quando detectadas falhas reiteradas na execução contratual	

Inexperiência e/ou desconhecimento do contratado a respeito dos requisitos para a boa execução contratual		<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento deficiente da necessidade pública - Grande esforço administrativo no acompanhamento contratual 	Equipe de planejamento da contratação estabelece penalidades (caráter preventivo da pena)	
Ausência de reserva orçamentária ou de empenho	Violação à legislação	Realização de despesa sem prévio empenho em desacordo com a legislação	Preenchimento da lista de verificação pela unidade requisitante	Unidade requisitante promove o remanejamento de recursos
	Indisponibilidade e orçamentária	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de pagamento ao contratado - Atrasos nos pagamentos e possibilidade de responsabilização do agente público 		Unidade requisitante impulsiona procedimento de reconhecimento de despesa
Grande variação cambial	Desvalorização do real frente ao dólar	Quebra da balança econômico-financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Integrante administrativo auxilia na realização de pesquisa de preços com ampla cesta, com registro do câmbio nos dias em que as contratações efetivamente ocorreram - Exigência de seguro para variação cambial 	Gestor do contrato e a SEG analisam eventual requerimento de revisão de preços